

Produções orais de crianças sobre o acolhimento institucional

Raquel da Costa Plátilha¹
Celina Maria Colino Magalhães²
Janari da Silva Pedroso³

Resumo

Estudar as produções orais de crianças acolhidas em um abrigo institucional e a forma como percebem seu contexto são ações que podem fundamentar intervenções promotoras de um desenvolvimento saudável. O objetivo desse artigo foi analisar as falas dessas crianças no tocante às suas preferências por atividades, pares e locais. Participaram 12 crianças na faixa etária de quatro a seis anos. Os dados foram coletados através de entrevista semi-dirigida abordando as escolhas das crianças e possíveis sugestões para melhoria do ambiente institucional. Os resultados indicaram que as crianças gostam de brincar com diferentes pares: crianças, familiares e educadores, principalmente no espaço da brinquedoteca. Com relação ao que preterem citaram determinados alimentos e o comportamento punitivo de algumas educadoras. As possíveis melhorias passam por brinquedos novos e pelo desejo de retornar para casa. Estas produções orais poderiam ser implementadas revestindo assim em ações que levem em conta a percepção das crianças.

Palavras-chave: Crianças; Acolhimento-institucional, Verbalizações; Preferências.

Introdução

Estudar as produções orais de crianças em acolhimento institucional revela a necessidade de articular diversos saberes científicos que explicam o desenvolvimento infantil em uma dimensão social e cultural. São vários os problemas que justificam o afastamento da criança do convívio familiar. Nas situações em que se identifica risco ao um bom desenvolvimento infantil, o Estado intervém com uma medida protetiva de acolhimento provisório regulamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ). Atua na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento Humano.

² Doutora em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal do Pará, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Atua na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento Humano. Bolsista de Produtividade do CNPq- D1

³ Psicólogo, Doutorado em Ciências (Universidade Federal do Pará - UFPA/NAEA), Pós-Doutorado em Psicologia (Universidade Católica de Brasília). Professor Associado 1 da Universidade Federal do Pará/Faculdade de Psicologia/Programa de Pós Graduação em Psicologia - UFPA/FAPSI/PPGP. Membro do GT da ANPEPP: "Família, Processos de Desenvolvimento e Promoção da Saúde". Pesquisador CNPQ.

Estudos em várias áreas do conhecimento que buscam investigar o desenvolvimento humano em instituições infantis precisam ser estimulados, pois os resultados dessas investigações tornam possível estabelecer comparações entre ambientes definidos como básicos e as necessidades essenciais da criança. Análises que verifiquem as percepções das crianças sobre o ambiente, podem fornecer dicas de como melhorar as condições de acolhimento institucional, favorecendo seu desenvolvimento como indivíduos dentro de uma realidade social (CAVALCANTE, MAGALHÃES & PONTES, 2007).

O acolhimento infantil se dá a partir de situações problemáticas vividas pelas famílias referentes à violência física e psicológica, negligência, abandono e dependência química como causas principais que levam ao abandono e, conseqüentemente, ao acolhimento institucional das crianças. A suspensão do poder familiar ocorre até que as situações causadoras do acolhimento sejam revertidas e que a criança possa voltar a conviver com sua família, ou família substituta, se for o caso (BRASIL, 2004). As crianças podem viver durante meses nas instituições de acolhimento o que torna este ambiente um contexto importante para o seu desenvolvimento. Deste modo, este lugar deve proporcionar ações que promovam cuidado, atenção e proteção integral, minimizando os danos causados pela própria condição gerada pelo acolhimento (BERNARDI, 2010).

Rizzini (2006) considera que o termo "acolhimento" refere-se às experiências de cuidado prestado às crianças e aos adolescentes fora de sua casa que, mesmo ocorrendo em caráter excepcional e provisório, também podem se constituir em um espaço de desenvolvimento. Neste sentido, "acolhimento" se distingue da noção de "institucionalização", que tem um sentido de recolhimento, de separação e confinamento.

Para Filocreão (2013), revelar a realidade de instituições de acolhimento, principalmente da Amazônia, é de fundamental importância e estes estudos devem enfatizar principalmente as percepções, práticas e valores das crianças, educadores e familiares envolvidos nesta medida de proteção, a fim de dar visibilidade as características regionais que o serviço de acolhimento pode possuir.

Em um estudo recente, Trivellato, Carvalho e Vectore (2013) conheceram o processo de acolhimento a partir do relato de cinco crianças. O estudo demonstra a

complexidade das múltiplas variáveis presentes nesse contexto e a necessidade de intervenções dirigidas tanto para os cuidadores quanto para quem recebe os seus cuidados. A fala das crianças se mostrou um importante instrumento de expressão e, através dela, foi possível identificar sentimentos e emoções vividas que por muito tempo estavam sufocadas, como insegurança emocional e baixa autoestima.

Rosseti-Ferreira, Serrano, e Almeida (2011) defendem que as crianças têm o direito de falar, pois são capazes de descrever suas experiências e preferências e devem ser reconhecidas como fonte confiável de informações sobre si mesmas. Bernadi (2010) ainda ressalta que estas deveriam ser ouvidas por todos aqueles que participam da decisão e dos procedimentos de acolhimento institucional ou familiar. Além disto, a valorização da escuta da criança poderia resultar em novas práticas profissionais, superando o modelo tradicional de acolhimento e permitindo a construção de uma vivência melhor durante este período (SILVA & ARPINI, 2013).

Nesse sentido, criar espaços favoráveis para a escuta de crianças em acolhimento institucional, especialmente para que elas tenham seu direito de falar garantido, revela-se fundamental para profissionais de todas as áreas que se propõem a estudar as vivências e percepções de crianças em acolhimento institucional. No entanto, a literatura ainda é carente de trabalhos deste tipo (CRUZ, 2014). Sabe-se que ao analisar as vivências e os significados que as crianças atribuem à sua realidade, torna-se possível desenvolver formas adequadas de agir, ou seja, estratégias de cuidado compatíveis com suas necessidades específicas e particulares (GABATZ, *et al.*, 2010).

Portanto, compreender estas crianças em acolhimento como seres capazes, escutar suas preferências e o modo como entendem seu contexto são atitudes que podem contribuir para a revelação de aspectos importantes de sua subjetividade e ser um fundamento para intervenções que promovam espaços motivadores de um desenvolvimento infantil saudável (TRIVELLATO, CARVALHO & VECTORE, 2013; ROSSETI-FERREIRA, 2011).

Com esse entendimento, o presente trabalho objetiva analisar as verbalizações das crianças em processo de acolhimento institucional, no tocante às suas preferências por atividades, pares e locais, além de discutir acerca da qualidade do atendimento fornecido na instituição de acolhimento, intencionando propor um

atendimento respeitoso às crianças acolhidas em instituições, tratando-as de fato como sujeitos de direitos, não apenas no discurso, mas na prática cotidiana, reconhecendo-as como sujeitos e não como objetos de pesquisa, falando *sobre* a criança e *com* a criança. Entende-se que esses procedimentos de trabalho podem ser muito úteis para a melhoria dos serviços prestados, servindo de base para toda classe de profissionais que trabalham em instituições de acolhimento infantis.

Método

Participantes

Fizeram parte do estudo 12 crianças, nove meninas e três meninos, na faixa etária de quatro a seis anos, que estavam acolhidas na instituição no mês de setembro de 2013, quando se iniciou a coleta de dados. Optou-se por esta faixa etária devido à presença do comportamento verbal instalado.

Ambiente

Instituição de acolhimento infantil, localizada em Belém/PA, é a maior instituição pública de acolhimento do estado, responsável pela execução do principal programa de acolhimento mantido pelo governo do Estado do Pará, uma vez que promove o acolhimento provisório de crianças de zero a seis anos que estavam submetidas a situações que, comumente, envolvem abandono, violência ou negligência familiar.

Instrumentos e Materiais

Formulário para caracterização dos participantes. utilizou-se o formulário de caracterização, criado por Cavalcante (2008). Este instrumento foi elaborado com base na condição psicossocial de crianças que vivem em abrigos ou instituições similares e possui perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha que se referem às seguintes seções: Identificação Pessoal (10 perguntas); Estrutura Familiar (19 perguntas); Histórico de Institucionalização (30 perguntas); Situação Sócio Jurídica (19 perguntas) e Saúde (16 perguntas).

Roteiro de entrevista: semi-dirigido, elaborado pela pesquisadora com cinco perguntas abertas direcionadas a aferir as preferências por pares, locais e atividades, além de possíveis melhorias no ambiente institucional. Apresenta as seguintes questões: 1. "O que você gosta de fazer aqui?", 2. "Com quem você gosta de fazer essas coisas?", 3. "Onde você mais gosta de fazer isso?", 4. "O que você não gosta aqui?" e 5. "O que você gostaria que tivesse aqui?".

Câmera Digital: modelo Samsung ST64-14.2 MP. Foi utilizada para o registro das entrevistas.

Papel em branco e lápis de cor: foram utilizados para desenhar no momento da entrevista, como forma de aproximação da pesquisadora com o participante, fazendo com este ficasse mais vontade para responder as questões.

Procedimento

Optou-se por uma metodologia de base qualitativa do tipo descritivo - exploratório. O estudo foi apresentado ao Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos (CAEE 0135.0.73.000-11 e parecer nº146/11), para averiguação de sua viabilidade, em conformidade ao estabelecido pelo Conselho Nacional de Saúde. Em seguida, foi apresentado a direção da instituição de acolhimento para o conhecimento e autorização.

No período de habituação foram realizadas visitas à instituição, objetivando a identificação e a familiarização das crianças com a pesquisadora. A ideia era conhecer a dinâmica do espaço e fazer com que as crianças a conhecessem e ficassem à vontade. Esta etapa teve duração de aproximadamente duas semanas. Posteriormente, foram solicitados aos educadores responsáveis os prontuários das crianças para efetuar a caracterização dos participantes com o preenchimento do formulário criado por Cavalcante (2008).

As entrevistas foram realizadas individualmente e seu áudio foi gravado em uma sala disponibilizada pela direção da instituição que conservava a privacidade das informações prestadas, boa iluminação e condições para a minimização de ruídos. Ao entrar na sala perguntava-se à criança se esta gostava de desenhar. Enquanto estavam desenhando a entrevista era conduzida, seguindo o roteiro e utilizando-se uma linguagem informal compatível com o vocabulário conhecido pela criança.

De acordo com as respostas, introduziam-se outras perguntas, caso necessitasse esclarecê-las. Cada entrevista teve a duração aproximada de 20 minutos e foi realizada em conformidade com a disponibilidade de horário dos participantes.

Resultados e Discussões

Foram coletadas informações pessoais sobre a história de vida e de acolhimento institucional. (Tabela 1).

Tabela 1: Caracterização dos participantes.

PARTICIPANTES*	IDADE (ANOS)	TEMPO DE ACOLHIMENTO (MESES)	MOTIVOS QUE LEVARAM AO ACOLHIMENTO	IRMÃOS NA INSTITUIÇÃO	RECEBE VISITAS
Graça	5	9	<ul style="list-style-type: none"> ● Abandono e negligência familiar. 	Sim	● Sim
José	4	5	<ul style="list-style-type: none"> ● Negligência familiar/ Conflitos no ambiente familiar/ Brigas/ Falta de condições de moradia. 	Sim	● Sim
Glória	5	3	<ul style="list-style-type: none"> ● Negligência familiar/ Situação de rua/ violência física/ suspeita de violência sexual/ mãe dependente de drogas. 	Sim	● Sim
Isabela	5	51	<ul style="list-style-type: none"> ● Negligência familiar/ Tratamento vexatório/constrangedor, a mãe utilizava a criança para a mendicância. 	Não	● Recebi a visitas, mas estas cessaram.

Iego	5	57	<ul style="list-style-type: none"> •Violência física/ Mãe portadora de doença mental. Ameaça de morte por parte da genitora/ Duas tentativa de homicídio. 	Não	<ul style="list-style-type: none"> •Recebi a visitas, mas cessaram
Eduarda	6	4	<ul style="list-style-type: none"> •Suposta violência sexual/ Mãe portadora de doença mental. 	Sim	<ul style="list-style-type: none"> •Sim
Ivy	6	16	<ul style="list-style-type: none"> •Negligência familiar/Abandono. 	Sim	<ul style="list-style-type: none"> •Não
Alice	6	15	<ul style="list-style-type: none"> •Abandono/ Pobreza e/ou vulnerabilidade social/ Responsáveis dependentes de drogas. 	Não	<ul style="list-style-type: none"> •Sim
Eliana	6	3	<ul style="list-style-type: none"> •Abandono/ Negligência familiar. 	Não	<ul style="list-style-type: none"> •Recebi a visitas, mas cessaram
Marciel	6	9	<ul style="list-style-type: none"> •Abandono por parte dos pais. 	Sim	<ul style="list-style-type: none"> •Sim
Milena	6	4	<ul style="list-style-type: none"> •Maus tratos/ Lesão corporal/ Violência física. 	Sim	<ul style="list-style-type: none"> •Sim
Sâmia	6	4	<ul style="list-style-type: none"> •Maus tratos/ Lesão corporal/ Violência física 	Sim	<ul style="list-style-type: none"> •Sim

(*) Foram usados nomes fictícios para os participantes.

Pode-se observar na tabela 1 que o tempo máximo de acolhimento (2 anos) permitido pelo ECA foi ultrapassado em dois casos, Isabela e Iego. Este dado corrobora o estudo de Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) o qual demonstrou

que a institucionalização precoce e prolongada é uma prática ainda frequente nas instituições.

O motivo mais frequente que levou ao acolhimento foi a negligência familiar, muitas vezes ligada ao abandono ou ao uso de álcool e outras drogas pelos pais. Estas crianças eram submetidas a situações de risco, deixadas sozinhas em casa ou na rua, sem a proteção e os cuidados de um adulto ou em condições arriscadas e insuficientes de alimentação, higiene e saúde. Ou seja, o ambiente em que viviam não lhes garantia as condições mínimas necessárias para seu crescimento e desenvolvimento.

A negligência familiar ocorre quando a família falha no fornecimento dos principais elementos para a manutenção da vida, saúde e bem-estar da criança. A consequência disto é um desenvolvimento físico e emocional inadequado. A negligência pode aparecer de diversas formas, a mais comum é caracterizada pela ausência de cuidados básicos infligida pelos agressores, caracterizando um total abandono às necessidades do infante (COSTA *et. al.*, 2007).

Com relação às visitas, sete crianças recebiam visitas de seus familiares (mãe, pai, avós etc.) e outras três recebiam visitas no início do período de acolhimento, mas estas cessaram com o passar do tempo. Este dado aponta para o gradual distanciamento dos familiares em relação à criança que está acolhida por tempo prolongado.

As entrevistas foram realizadas com nove crianças, pois três foram desligadas da instituição para retornar a suas casas ou ainda para uma família substituta, após o período de coleta dos dados de caracterização. As respostas foram organizadas em tópicos a saber:

1. O que você gosta de fazer aqui?

Com referência às atividades preferidas, as crianças citaram mais frequentemente o brincar, foram verbalizadas diversas brincadeiras ao ar livre e brinquedos, inclusive ligados à cultura local, por exemplo, "pira-coca e pira-cola", que são variações do "pira-pega" e com pouca utilização de brinquedos industrializados. Oliveira e Gomes (2013) sugerem às instituições de acolhimento que, na medida do possível, se esforcem para dar liberdade para as crianças criarem e

desenvolverem suas fantasias e brincadeiras. Sabe-se que o ambiente de instituição é um local em que muitas vezes imperam as normas, a vigilância, a interferência nas brincadeiras, tais como “cuidado para não quebrar isso ou aquilo”, “não bagunce os brinquedos” etc. Tais regras não devem ser demasiadamente rígidas a ponto de tornarem as brincadeiras desagradáveis e desinteressantes, uma vez que é através destas brincadeiras que estas crianças interagem, esquecem seus problemas, fogem de sua realidade, resolvem conflitos e representam seu imaginário.

Detalhes da história de Ivy, seis anos, devem ser relatados para a melhor compreensão de sua fala. Esta criança saiu da instituição para morar com um familiar, mas quando terminou o período de adaptação este desistiu da adoção e a devolveu à instituição. Quando retornou, a pesquisadora observou que Ivy demonstrava, por meio de sua fala e comportamentos, raiva, rancor e tristeza com relação a sua família de origem, crianças e demais pessoas da instituição. Nas falas desta criança observou-se que ela relata não gostar de fazer ou brincar de nada, não gostar de ninguém ou de nenhum lugar. A criança também pareceu se isolar das outras crianças, permanecendo a maior parte das vezes sozinha.

Para Magalhães (2012), na maioria das vezes, quando as crianças são acolhidas em instituições podem sentir-se rejeitas e abandonadas fazendo com que evitem novas relações afetivas, por receio de novas rejeições, gerando-se assim, uma espécie de desinteresse pelo relacionamento interpessoal. Ao serem inseridas na instituição, e com o passar do tempo, podem reagir com agressividade contra o ambiente e pessoas que a cercam, apresentando um comportamento instável e distúrbios de afetividade.

2. Com quem você gosta de fazer essas coisas?

Com relação aos pares preferidos, foram mencionados familiares (pai, mãe, tios, irmãos...), crianças da instituição e da escola e adultos da instituição responsáveis pelos cuidados com as crianças. É interessante perceber que as crianças foram capazes de citar nomes e estabelecer vínculos diferenciados com as pessoas. Neste tópico também se pôde notar a importância dos irmãos para as crianças. Vale ressaltar que a instituição separa as crianças em dormitórios, utilizando a idade como critério e assim separa alguns grupos de irmãos não coetâneos.

Rossetti-ferreira, Serrano, e Almeida (2011) ao analisarem a interação entre irmãos que estão acolhidos em uma mesma instituição observaram que estes pares são importantes fontes de apoio diante desta situação. O irmão é a pessoa a quem a criança mais procura em situações que envolvem proteção, cuidados e brincadeiras. Salienta-se ainda que a proximidade física entre os irmãos é um dos fatores principais para a manutenção dos vínculos familiares, pois tal proximidade incentiva e permite que exista a troca de experiências e sentimentos durante este período.

Apesar do motivo mais frequente para o acolhimento ter sido a negligência familiar, os familiares ainda aparecem nas falas das crianças como seres detentores de afeto. A saudade aparece em algumas falas principalmente relacionada aos pais e outros familiares ou à figura dos irmãos que estão em outros dormitórios. Observou-se que as crianças que possuem irmãos na instituição, mesmo que em outro dormitório, relatam preferi-los como pares nas brincadeiras. Nos dados observacionais coletados por Platilha (2012), notou-se que grupos de irmãos em situação de acolhimento se mostraram mais apegados uns aos outros do que às demais crianças. Almeida (2009) ressaltou que um dos irmãos, geralmente o mais velho, assume uma postura maternal/paternal, no sentido de se responsabilizar pelo irmão mais novo, defendendo-o e promovendo cuidados e atenção, enquanto os mais novo se mostra mais dependente .

A norma institucional de separação de grupos de irmãos simplesmente por estes possuírem idades diferentes está totalmente em desacordo com o que determinam as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2008), as quais afirmam que todos os esforços devem ser empenhados para preservar e fortalecer vínculos familiares das crianças atendidas em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais nessa etapa do desenvolvimento humano para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável, que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, é importante que o fortalecimento deste vínculo ocorra nas situações cotidianas da instituição. Crianças com vínculos de parentesco não devem ser separadas ao serem encaminhados para serviço de acolhimento, salvo se esta convivência trazer prejuízos para a sua integridade física e psicológica.

Além dos irmãos e outros familiares, algumas educadoras também foram mencionadas como companheiras preferidas nas brincadeiras. Nota-se nos dados observacionais de Plátilha (2012) o esforço que estas fazem para, na medida do possível, dar atenção e cuidado a todas as crianças que estão em sua companhia, sendo parceiras em brincadeiras ou coordenando-as, conseguindo, assim, agrupar um grande número de crianças, de diferentes gêneros e idades, em uma mesma atividade. Neste contexto, o estudo de Lordelo e Carvalho (2006) demonstrou que o papel regulador do adulto e a familiaridade da criança com este são fatores ambientais que interferem na escolha de pares adultos para interagir durante as brincadeiras.

3. Onde você mais gosta de fazer isso?

No que diz respeito ao lugar preferido, a brinquedoteca foi um local frequentemente citado. Magalhães e Pinheiro (2014) assinalam que as brinquedotecas são ambientes com diferentes espaços, vários brinquedos, acessórios e jogos, projetados para estimular a criança a brincar. É um ambiente preparado para auxiliar no desenvolvimento da capacidade criadora das crianças e estimular o seu desenvolvimento mental, social e emocional. Um ambiente onde as crianças brincam espontaneamente, com todo o estímulo a revelação de suas necessidades e potencialidades lúdicas. Através das brincadeiras livres, as crianças conseguem criar os conteúdos, as histórias e os papéis desempenhados por cada brincante. Com a variedade de materiais fornecidos, também desenvolvem a curiosidade, o que as torna mais criativas. A instituição possui uma brinquedoteca e uma educadora com formação em brinquedista, que é responsável por este local. A duração do atendimento as crianças é de aproximadamente uma hora por dia.

Além da brinquedoteca, o dormitório e o barracão também foram mencionados, segundo os dados de Plátilha (2012), estes ambientes guardam relação com a família das crianças. O barracão, por exemplo, é o lugar onde as crianças recebem as visitas de seus familiares e o dormitório é o local onde possuem gavetas em armários para guardar os seus objetos pessoais, que trouxeram de casa para instituição ou que receberam como presente de sua família ou voluntários que visitam a instituição, como por exemplo, roupas e brinquedos.

4. O que você não gosta aqui?

No tocante ao que não gostam na instituição, duas crianças disseram gostar de tudo e exemplificaram citando as "tias", os amigos e as brincadeiras. No entanto, duas relataram preterir certos alimentos servidos na sobremesa, como açaí e goiabada. Ivy explica que não gosta do açaí do abrigo, mas sim do açaí de sua casa. Na instituição, para que todas as crianças possam consumir o fruto, é comum que se misture muita água ao açaí, o que deixa o alimento ralo e pouco atrativo. O comportamento de algumas educadoras também foi lembrado. Estas foram denominadas pela criança como "malvadas", por a colocarem de castigo, privando-a de certas atividades do grupo, como tomar banho na piscina.

Batista, Silva e Reppold (2010) demonstram em seu estudo sobre práticas educativas com crianças acolhidas que tais práticas coercitivas, como foi contada por esta criança, ainda são muito frequentes no ambiente institucional. Tais práticas caracterizam-se por privação de privilégios, fazendo a criança se adequar às reações punitivas dos pais ou cuidadores e podem repercutir negativamente no seu desenvolvimento emocional. As estratégias coercitivas provocam o controle do comportamento baseado na ameaça de punições externas. Por outro lado, ainda segundo estes autores, existem práticas educativas mais indicadas como a "indutiva" que possibilita à criança, através do diálogo, a compreensão de seus atos, buscam transmitir o desejo dos cuidadores de que ela modifique seu comportamento, induzindo-a a obedecer-lhes. A percepção de ser cuidada pode minimizar os sentimentos negativos na criança, reduzindo as chances de resultados indesejados no seu desenvolvimento. Esta estratégia educativa é a forma mais efetiva para modificação dos comportamentos considerados socialmente inadequados e caracteriza-se por direcionar a atenção da criança para as consequências do seu agir às outras pessoas. Práticas deste tipo promovem esclarecimentos sobre normas, princípios, valores, advertências morais e explicações sobre as possíveis implicações prejudiciais de suas ações para os outros e para si mesma.

Cabe salientar a resposta dada por outra criança que descreveu o abrigo como "feio" e que este não a agradava, mas não soube explicar o porquê. Contudo, quando questionada sobre o que poderia ter no abrigo para que este se tornasse melhor, ela

sugeriu que poderiam grudar “figurinhas na parede”, estas figuras serviriam para decorar o ambiente, tornando-o, assim, mais belo e aconchegante. Cavalcante (2008) salienta a importância de objetos decorativos estarem em bom estado de conservação, guardarem relação com o contexto sociocultural em que a criança está inserida e estar sempre ao seu alcance, permitindo estimulação visual e tátil. O conteúdo destes deve ser colorido e abordar temas prazerosos e alegres, incentivando a convivência em grupo. É aconselhável que os educadores conversem sobre os temas decorativos com as crianças e acolham suas sugestões e comentários, demonstrando respeito às opiniões e criando uma prática de ouvir os usuários do serviço.

5. O que você gostaria que tivesse aqui?

No que concerne às sugestões para melhoria do ambiente institucional, algumas crianças relataram querer novos brinquedos. Para Correia (2011), o brinquedo é importante para a aprendizagem e desenvolvimento da criança, pois produz divertimento, estimula a imaginação e a capacidade de raciocínio e incentiva a criatividade, dando brecha à fantasia. Para as crianças na faixa etária dos participantes são adequados brinquedos para explorar e conhecer o ambiente à sua volta como bolas e blocos de montar. Muitas vezes os adultos discordam do fato de presentear as crianças com brinquedos novos, pois desconhecem e não aceitam que as crianças destruam seus brinquedos pela curiosidade de conhecer o que está por dentro, como funcionam. No trabalho de Platilha (2012) observou-se que principalmente no “Dia das crianças” e no “Natal” a instituição recebe a visita de vários voluntários que fazem festas e doam brinquedos novos para as crianças. Apesar da boa intenção destes voluntários, muitas vezes, por desconhecerem as crianças, não saberem sobre o seu gosto ou até mesmo a sua idade, acabam por doar brinquedos inadequados para a faixa etária. Sugere-se a equipe técnica da instituição que ouça as crianças, suas preferências e escolhas e, na medida do possível, sugira aos voluntários os brinquedos mais adequados. Desta forma, a boa vontade dos voluntários acarretará efetivamente na satisfação das crianças, trazendo benefícios para todos.

A falta da família e da casa surge novamente no diálogo de José. Esta criança relatou que não havia nada na instituição que lhe desagradasse, no entanto, ao ser questionado sobre possíveis melhorias este afirmou que desejava “ir embora”. Em outras falas também relatou gostar e sentir a falta dos pais e tios. É bem notável que esta criança não quis falar sobre melhorias na instituição, o que traz a ideia de que nenhuma melhoria física ou estrutural poderia diminuir a dor e a saudade de sua casa e familiares.

Diante disto, considera-se que as instituições de acolhimento são necessárias para a assistência da criança em situação de risco, portanto estas devem oferecer todos os elementos que se acordou classificar como pertencentes exclusivamente à família de origem, ou seja, fornecer escuta, afeto e apego seguros e constantes nas relações com a criança, estabelecendo parâmetros de educação e atenção de forma afetuosa. É fundamental também considerar a percepção da criança para propiciar um ambiente agradável, saudável, calmo, acolhedor e com condições de higiene e alimentação necessárias para um desenvolvimento global adequado. Além disto, devem possuir fatores de proteção em suas características físicas e humanas (PRADA & WEBER, 2007).

Considerações Finais

Mesmo com o crescente número de publicações nesta área, trabalhos que se propõem a ouvir e considerar a criança como uma fonte de informações sobre si mesma, mas especificamente, sobre suas preferências e sobre o que considera importante mudar/melhorar em seu ambiente ainda são escassos.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar as preferências das crianças em processo de acolhimento institucional, utilizando de uma metodologia ao mesmo tempo nova e antiga para acessar as informações – a fala da própria criança.

As crianças relataram gostar de brincar, principalmente na brinquedoteca e em locais que trazem relação com seus familiares, como o dormitório e o barracão. Preferem brincar com crianças da instituição e da escola, cuidadoras e principalmente com os irmãos também acolhidos. Estes últimos, se não-coetâneos, podem interagir apenas em alguns momentos, pois ficam alojados em dormitórios diferentes. Com

relação ao que preterem na instituição, as crianças citaram alguns alimentos e o comportamento de algumas educadoras, denominadas de “tias malvadas” que as deixavam de castigo, sem poder brincar. As possíveis melhorias passaram por brinquedos novos e até mesmo “ir embora pra casa”.

Observou-se que o tempo máximo de acolhimento permitido foi ultrapassado em dois casos. Os motivos que levam uma criança à institucionalização são muitos, embora quase todos apresentem como pontos comuns: a negligência familiar, abandono e o abuso de drogas e álcool pelos pais. Apesar disto, a maioria das crianças recebe ou recebeu visitas dos familiares. Embora este não tenha sido o foco principal da pesquisa, a saudade do ambiente familiar apareceu em muitos relatos e estes familiares ainda são tidos na verbalização das crianças como figuras detentoras de afeto.

Em um nível mais amplo, a almejada reestruturação familiar envolve situações complexas, muitas vezes relacionadas com o desemprego, a dependência de drogas e até mesmo com doenças mentais. Estas demandas necessitam muito mais de investimentos e coordenação de políticas públicas de longo prazo, que objetivem solucionar estes problemas, do que o esforço isolado apenas das instituições de acolhimento.

Neste ponto, o papel das instituições de acolhimento é ajudar, em curto prazo, utilizando meios de inserção das famílias nas políticas públicas assistenciais e na rede de proteção social. Cabe também buscar incentivos para a implantação de políticas públicas de atenção à criança e a sua família, que, concomitante ao acolhimento, possibilitariam a reorganização da estrutura familiar por meio de uma intervenção mais adequada sobre as dificuldades que a afetam.

De forma geral, as crianças conseguiram expor suas opiniões e preferências durante a pesquisa, em alguns momentos de forma mais aberta e, em outros, de modo mais tímido. Ressalta-se o quão carentes de espaços para serem ouvidas estas crianças pareciam.

Por conseguinte, consideram-se relevantes as alterações sugeridas pelos participantes, e que estas poderiam ser implementadas pelo gestor da unidade, revestindo-se assim, em ações que levem em conta a percepção dos usuários do serviço. Partindo-se do fato de que a instituição de acolhimento é para as crianças, as

suas vozes necessitam ser ouvidas, pois desta maneira é possível promover melhorias adequadas as suas necessidades.

As instituições precisam fazer parte da rede de apoio social e afetivo das crianças, fornecendo meios para o enfrentamento dos eventos negativos a que foram submetidas, proporcionando proteção e segurança. Assim, oferecerão um contexto favorável para um desenvolvimento social e afetivo adequado. Portanto, salienta-se a necessidade de políticas sociais direcionadas às instituições de acolhimento de modo a favorecer as condições de atendimento a esta população.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, I. G. 2009. **Rede social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da criança em acolhimento institucional.** (Dissertação não publicada). Ribeirão Preto - SP.

BATISTA, G. L., SILVA, P. S. & REPPOLD, C. T. 2010. **Práticas educativas e estratégias de coping em crianças abrigadas.** Aletheia, Canoas, n. 33, p. 56-68, dez.

BERNARDI, D. C. F. 2010. **Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento.** 1ª edição. São Paulo: Abrigos em movimento.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC**, dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Último acesso: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**, fevereiro de 2008. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/documentos/orienta%C3%A7%C3%B5es_acolhimento_consulta_publica.pdf. Último acesso: 27 jun. 2014.

CAVALCANTE, L. I. C. MAGALHÃES, C. M. C. & PONTES, F. A. R. 2007. **Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces.** Revista mal-estar e subjetividade, Fortaleza, v.7, n. 2, p. 329-352, set.

CAVALCANTE, L. I. C. MAGALHÃES, C. M. C. & PONTES, F. A. R. 2007. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento.** Aletheia, Canoas, v.1, n. 25, p. 20-34, jan./jun.

CAVALCANTE, L. I. C. 2008. **Ecologia do Cuidado: Interações entre crianças, o ambiente, os adultos e seus pares em instituições de abrigo.** (Tese de Doutorado não publicada). Belém - PA.

COSTA, M. C. O., CARVALHO, R. C., SANTA BARBÁRA, J. F. R. SANTOS, C. A. S. T., GOMES, W. A. & SOUSA, H. L. 2007. **O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência.** Ciências Saúde Coletiva, Feira de Santana, v. 12, n. 5, p. 1129-1141, jan./dez.

CORREIA, J. M. 2011. **O brincar e sua importância para o desenvolvimento motor da criança na educação infantil.** (Trabalho de conclusão de curso não publicado). Campina Grande – PB.

CRUZ, D. A. 2014. **Conta que eu conto: percepções de crianças sobre suas experiências de acolhimento.** (Dissertação não publicada). Belém – PA.

FILOCREÃO, C. L. 2013. **Brincadeiras simbólicas em situação estruturada de crianças em acolhimento institucional.** (Dissertação não publicada). Belém – PA.

GABATZ, R. I. B., NEVES, E. T., BEUTER, M. PADOIN, S. M. M. 2010. **O significado de cuidado para crianças vítimas de violência intrafamiliar.** Esc Anna Nery Ver de Enferm, Santa Maria, v. 14, n.1, p. 135- 142, jan./mar.

LORDELO, E. R. & CARVALHO, A. M. A. 2006. **Padrões de parceria social e brincadeira em ambientes de creches.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 1, p. 99-108, jan./abr.

MAGALHÃES, C. M. C. & M. A. PINHEIRO. 2014. **Brincando e avaliando: o que dizem crianças em acolhimento institucional sobre o espaço da brinquedoteca.** In J. S. Pedroso, C. M. C. Magalhães & J. J. P. Dias (Org.). Diálogos Teóricos e Práticos em Psicologia e Educação. 1º edição. Curitiba: Appris, pp. 19-37.

MAGALHÃES, A. S. G. 2012. **A depressão na criança institucionalizada.** (Dissertação não publicada). Porto - Distrito do Porto.

OLIVEIRA, S. C. & GOMES, C. F. 2013. **Brinco, fantasio, mudo de nome e transgido para brincar: experiências brincantes de crianças sob a égide da proteção integral.** Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 56-69, Mai.

PLATILHA, R. C. 2012. **Interações de crianças em acolhimento institucional com coetâneos e não coetâneos** (Relatório de pesquisa não publicado). Belém - PA.

PRADA, C. G. & WEBER, L. N. D. 2007. **Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes.** Psicologia: Teoria e Prática, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 14-25, Out.

RIZZINI, I., BARKER, G. & CASSANNIGA, N. 2006. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de Promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** 2º Edição. São Paulo: Cortez.

ROSSETTI-FERREIRA, M., SERRANO, S. A., & ALMEIDA, I. G. 2011. **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. 1ª edição. São Paulo: Hucitec Editora.

SILVA, M. L. & ARPINO, D. M. 2013. **O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 422-440, dez.

TRIVELLATO, A. J., CARVALHO, C. & VECTORE, C. 2013. **Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 299-307, jul/dez.

Recebido em: 02/09/2014
Aprovado em: 22/11/2014